

Traduções Narrativas e Visuais: Etnografia Como Arte Da Representação

Maria Eduarda Marques (PUC-Rio)

Resumo: Lévi-Strauss revolucionou as Ciências Sociais com seus ensinamentos sobre estruturalismo. Trazendo novas interpretações para a antropologia, o autor promoveu um movimento de pesquisas preliminares que permitiram uma leitura estruturalista e antropológica da literatura. Analisaremos, por meio da obra *Configurações da Narrativa: Verdade, Literatura e Etnografia*, de Valter Sinder, a produção da verdade e da escrita antropológica, desconstruindo a ideia da verdade narrativa, e explorando a relação entre a tradução e o ofício do etnógrafo. Abordaremos, ainda, as questões da autoridade etnográfica e como esta fortaleceu o papel do etnógrafo como tradutor de culturas. Dessa forma, as análises se desdobrarão em como a literatura desempenha papel crucial na tradução etnográfica, por meio da utilização de técnicas narrativas que captam subjetividades culturais. Paralelamente, as articulações de autores como Karina Kuschnir e Paulo Jorge Ribeiro, nos permitirão averiguar outras formas de tradução, como a fotografia e o desenho, que evidenciam os limites da escrita em campo. Assim, pretende-se explorar como a literatura, desenho e fotografia juntas são formas vitais de tradução etnográfica, que enriquecem a prática da etnografia e fortalecem a capacidade dos etnógrafos de representar culturas de maneira ética e fiel ao que observam enquanto em campo.

Palavras-chave: Etnografia; Tradução; Representação; Narrativa; Artes Visuais.

Introdução

Desde do fim da primeira metade do século XX, Claude Lévi-Strauss revolucionou o campo das Ciências Sociais a partir de diversas frentes. Em especial, seus ensinamentos acerca do estruturalismo permitiram que sua abordagem a partir da da linguística e da fonologia — também influenciadas pelas áreas da Filosofia, Geologia, Psicanálise e do Marxismo — trouxesse novas interpretações relevantes para o campo da antropologia. Com a expansão do método estruturalista, impulsionada por sua primeira grande obra, *As Estruturas Elementares do Parentesco* (1949), a literatura passa a ser um de seus alvos, na década de 1960. Tal movimento possibilitou que se realizasse uma leitura não só estruturalista como, também, antropológica da literatura.

Partindo desse cenário, buscamos nos atentar ao estudo investigativo

da etnografia por meio das teorias da narrativa pertencentes ao campo da teoria literária. Portanto, os métodos e ferramentas de produção da verdade narrativa, dentro do que se configura escrita antropológica, expressam papel essencial para a compreensão de questões como a construção da autoridade etnográfica.

A partir do texto de Valter Sinder, *Configurações da narrativa: Verdade, literatura e etnografia* (2002) é possível desconstruirmos a ideia da verdade narrativa a partir do seu momento histórico específico de emergência, notadamente marcado pelo abandono das técnicas de produção da verdade em favor daquelas de constatação da verdade. Dessa forma, torna-se possível dissecar conceitos como o de uma verdade universal, de relatos das aventuras de viajantes, pesquisadores e etnógrafos sobre lugares e civilizações distantes. Consideramos importante nos aprofundarmos, portanto, em como tais relatos produzem efeitos de verdade enquanto inseridos dentro de discursos e narrativas que não se definem nem como verdadeiros, nem como falsos.

Mais importante, o papel da tradução, ou, mais precisamente, a ideia do etnógrafo como um tradutor de culturas, faz-se presente como uma problemática a ser enfrentada dentro da tradição antropológica. Será a partir dessa questão que analisaremos a experiência e atividade do tradutor relacionada diretamente com o ofício do etnógrafo. Com isso, quais relações podemos estabelecer entre o trabalho do etnógrafo e do tradutor? Em que essas atividades se aproximam e se assemelham? Por que, afinal, na antropologia, definimos com tanta frequência a etnografia como tradução?

Dessa forma, esperamos que nossa investigação contribua para um entendimento mais profundo e crítico da tradução como uma prática central na etnografia, evidenciando os desafios envolvidos no ato de traduzir culturas e ressaltando a importância de abordagens alternativas, reflexivas e éticas no estudo das interações culturais.

A Autoridade Etnográfica

Em *Configurações da narrativa: Verdade, literatura e etnografia*, Sinder defende que a transformação nos estilos literários, que emerge à época das navegações, exerceu influência sobre o padrão de verdade presente em obras que possuem propostas divergentes entre si como, por exemplo, os escritos ditos fictícios *versus* os reais. Nesse cenário, a questão da construção da autoridade etnográfica torna-se um tópico que deve ser debatido.

Foi com a ascensão da nação europeia, nos séculos XVII e XVIII, que constata-se um aumento do número de expedições em busca de novas culturas e povos a serem estudados — p que, posteriormente, geraria uma demanda cada vez maior dos registros feitos sobre as experiências desses viajantes. A autoridade concedida ao etnógrafo começou a exercer um papel importante a partir do momento em que essa literatura aventureira passou a incluir, de forma mais detalhada, como a vida, as crenças, ritos e costumes desses povos se davam. Os europeus viajantes passaram, então, a adotar um método científico de observação empírica, o que condizia com os valores e tendências em voga no continente europeu. Consequentemente, a etnografia passou a ser vista e a se comportar como os saberes entendidos como científicos: de modo adestrado, objetivo, distanciado. Tal fato permitiu que o personagem do etnógrafo, assim como os cientistas clássicos, fosse colocado em posição de autoridade perante seus objetos de estudo. Foi, portanto, com essa virada de chave que ocorreu uma metamorfose dentro do que se entendia como produção e legitimidade do campo de estudos culturais.

O autor conclui que a etnografia, sob circunstâncias específicas, passou por um processo de disciplinarização, se estabelecendo com métodos cada vez mais distantes das outras formas de narrativa vistas até então, como a literatura de viagem e as crônicas históricas. Além disso, foram muitos outros fatores —alguns históricos — que influenciaram esse processo, como o colonialismo. As invasões européias permitiram que se estabelecesse uma relação de poder que ultrapassava a dominação territorial de continentes como as Américas, a Ásia e a África, influenciando como o conhecimento etnográfico em si seria produzido. Acrescentada a esse fato, a influência do

campo literário em si também foi decisiva para a construção da autoridade etnográfica. Ao se utilizarem de elementos da escrita literária combinados a características de escritos científicos, a fim de tornarem seus relatos mais persuasivos e afáveis ao leitor, os etnógrafos tomavam mais um passo para que fosse conferida credibilidade e veracidade aos seus relatos.

Ainda que prove a essencialidade da construção narrativa para a construção da autoridade etnográfica, a obra de Sinder expõe o outro lado da moeda desse processo de evolução dos estudos etnográficos. A autoridade desses viajantes lidou, de fato, com críticas que evidenciaram as tensões e contradições inerentes ao campo. A imparcialidade das obras etnográficas foi colocada em questão quando problemáticas como a imparcialidade, o eurocentrismo e a assimetria de poder dentro da relação entre o etnógrafo e seus objetos de estudo se fizeram presentes.

Com isso, tornam-se evidentes as nuances do processo de construção da autoridade etnográfica. A figura do etnógrafo emergiu como uma autoridade legitimada pela cultura cientificista europeia, combinada com elementos da literatura e de práticas sistemáticas de observação.

O Etnógrafo Como Tradutor

Um dos pontos que toca no cerne da questão da autoridade etnográfica é, como visto em *Configurações da Narrativa: Verdade, Literatura e Etnografia*, o processo de transformação do etnógrafo em tradutor de culturas. O ato da mediação, realizada por meio da interpretação do etnógrafo, reflete a posição do pesquisador como a ponte de acesso entre o leitor e as sociedades e culturas que estuda. O etnógrafo, nesse ponto, passa a assumir o papel de tradutor desses sistemas, costumes, línguas e modos de vida que escolhe expor ao público.

A legitimidade da escrita etnográfica está diretamente ligada ao papel fundamental exercido pela tradução cultural: a partir desse ponto, o trabalho do etnógrafo não se limita somente à observação e descrição detalhadas dos fatos, mas envolve a perspicácia e sensibilidade do pesquisador em captar as nuances ou os aspectos que, a priori, não demonstram “potencial”, aos olhos

de próprio pesquisador, dentro desses sistemas. Portanto, a observação empírica sozinha passa a não ser o suficiente, demandando do etnógrafo um esforço de compreensão dos contextos sociais, culturais, políticos e econômicos que condicionam esses espaços em que ele se insere.

A tradução cultural em si é extremamente complexa, e demanda atenção, disciplina e conhecimento profundos por parte do etnógrafo. Ao mesmo tempo em que é analítica, a tradução cultural possui muitas ambivalências (SINDER, 2002). A tensão entre manter-se fiel ao que é observado e, ao mesmo tempo, tornar essas culturas inteligíveis para um público é uma constante na prática etnográfica que reflete precisamente a batalha que é travada entre a objetividade científica e a subjetividade interpretativa que caracteriza o ato de fazer etnografia.

É importante notar, ainda, o fato de que a tradução cultural não se define pela neutralidade. O movimento de redução da etnografia a um simples método de pesquisa e de coleta de dados é um esvaziamento do verdadeiro significado e potencial que a mesma apresenta como meio de representação de culturas (PEIRANO, 2014). A representação, aliada a etnografia, é nada mais do que uma forma de conhecimento que deve ser explorada e discutida criticamente como uma construção interpretativa, em vez de ser simplificada somente a um método inflexível e raso, ou julgada apenas como um espelho da realidade.

Como argumentado por Jakobson e trazido na obra de Sinder, o próprio ato de tradução de um ditado italiano, como *traduttore*, *traditore* ou *tradutor*, *traidor* em português, toca na questão do que pode ser perdido no processo de tradução e porquê. O mero ato de seleção do que será interpretado, a partir de uma perspectiva do que é ou não relevante para o etnógrafo, demonstra a pessoalidade que é imputada na etnografia, que se encontra inevitavelmente entrelaçada ao *background* sociocultural do pesquisador. A obra, assim como seu autor, estaria, de fato, sempre tomando posicionamentos, mesmo que inconscientemente. Portanto, a tendência do antropólogo em se excluir do texto e da narrativa torna explícito o desejo de se buscar uma verdade absoluta que tenha a capacidade de abarcar todas as realidades existentes

— o que é realisticamente impossível (SINDER, 2002). O próprio ato de textualizar, registrar ou representar se encontra naturalmente, portanto, em um extremo oposto ao da postulada neutralidade.

Uma característica ainda mais complexa da tradução cultural é, justamente, a da alteridade. A prática de tradução relaciona-se diretamente com a construção do “outro” que, por definição, também delimita as fronteiras do “eu” que, nesse caso, seria o etnógrafo. As conjunturas políticas, sociais e históricas que cada indivíduo em sociedade carrega são agentes indissociáveis desse processo de construção. E, apesar de não ser uma realidade fixa, universal, as interpretações do “eu” e do “outro” ditam as interações entre aquele que observa e aquele que é observado. Esse jogo intercultural de diálogo entre culturas é a definição mais próxima do que compreendemos na disciplina como o trabalho de tradução realizado pelo etnógrafo.

Por fim, é importante reafirmar o fato de que esses povos às quais essas culturas pertencem são parte fundamental do processo da escrita etnográfica e, sem eles, ela não seria possível. A compreensão aprofundada e justificada das práticas e significados coloca-os como co-tradutores, como visto na teoria de Clifford Geertz, em que o autor afirma: “os textos antropológicos são eles mesmos interpretações”. O conhecimento etnográfico é, portanto, co-construído, partindo de diversas camadas de interpretações que perpassam diferentes indivíduos, de diferentes culturas e diferentes valores.

A partir disso, a etnografia encontra-se em processo de (r)evolução constante, tornando a disciplina em uma ponte de interpretação cultural. A tradução envolve compromisso ético com a representatividade, e se comporta como uma reflexividade prática e crítica do que se espera de um etnógrafo como tradutor de culturas.

As Formas de Tradução

Já estabelecida a relação entre o trabalho etnográfico e a tradução

cultural, é importante nos atentarmos aos possíveis tipos de tradução que enriquecem o campo da antropologia. Muitos pensadores se ocupam com o campo da literatura, como exemplificado por Valter Sinder, mas o campo das artes visuais possui, também, muitos apoiadores, que se encontram unidos em um movimento de defesa de práticas como o desenho e a fotografia como partes inseparáveis do ofício do etnógrafo.

Os próximos tópicos, portanto, pretendem abordar as particularidades e qualidades de cada uma dessas três práticas, partindo do ponto de vista de três autores: Valter Sinder sobre a literatura, Karina Kuschnir sobre o desenho e Paulo Jorge Ribeiro sobre a fotografia.

I. Literatura

As disciplinas da etnografia e da literatura compartilham, entre si, um objetivo em comum: interpretar e comunicar realidades diversas para um público seletivo. O entrelaço de ambas, entretanto, promove terreno fértil para a tradução cultural, tendo em vista que as ferramentas técnicas da literatura — tanto estilísticas quanto narrativas — multiplicam exponencialmente as possíveis formas de representação pretendidas pelo etnógrafo.

A literatura permite que o etnógrafo capte e transmita, por meio da escrita etnográfica, a subjetividade das experiências observadas (SINDER, 2002). É através de descrições detalhadas e da construção de personagens, alimentada por seus diálogos cotidianos, que a literatura pode expressar os sentimentos, pensamentos e percepções dos indivíduos presentes em campo. No que tange as formas de representação, a literatura possui uma capacidade criativa que a literatura que nos permite escapar, como etnógrafos, dos males de narrativas dominantes, inflexíveis e preconceituosas. A possibilidade de reimaginação o campo é essencial para a etnografia, pois permite que o pesquisador desconstrua, dentro de si e de seu relato, as distorções resultantes dessas amarras socioculturais. A transparência do relato demonstra ainda outro potencial muito importante da literatura: a questão do engajamento das emoções do leitor por meio da escrita. Ao se utilizar técnicas literárias para narrar histórias que ressoem emocionalmente com o público, o leitor se sente próximo, física e

psicologicamente, de uma cultura/sociedade externa.

A incorporação de técnicas do campo da literatura aprimora as capacidades narrativas e analíticas do pesquisador, impactando diretamente em suas obras. Assim, a interseção entre literatura e etnografia é crucial para a inovação metodológica e teórica da disciplina, permitindo que ambas tenham uma relação de influência mútua, que permite que avancem em direção a uma compreensão mais sofisticada da tradução cultural.

II. Desenho

Em *A Antropologia pelo Desenho: Experiências Visuais e Etnográficas*, Karina Kuschnir argumenta que o desenho, apesar de subestimado, é uma ferramenta indispensável no meio da antropologia. Kuschnir se aprofunda em um panorama mais filosófico da questão, chegando a relacionar o tema com movimentos dos séculos XVII e XVIII. A ideia proposta é de que as características da antropologia podem oscilar entre o Iluminismo — caracterizado por conceitos como a razão, iluminação, técnica — e o romantismo — subjetivo, sensível, emotivo. Evocando pensadores da área, Kuschnir cita, por exemplo, Bronislaw Malinowski e John Berger complementarmente, expondo assertivamente outro fator extremamente relevante: como a centralidade do sujeito e da sua singularidade na produção do desenho de observação se farão sempre presentes na ilustração final. Em outras palavras, o sentido de um desenho é indissociável da biografia, do olhar, da imaginação de quem o produziu e das condições em que foi produzido (BERGER, 2005), o que acabaria por ser um processo oposto ao promovido pelas fotografias, que “congelam” o tempo, e, ao mesmo tempo, similar ao da produção textual, como analisado no tópico *O Etnógrafo Como Tradutor*.

Assim, a autora defende a ideia de que o desenho proporciona uma nova forma de observação e registro que contrasta com o método tradicional de etnografia. Se seguirmos o caminho sugerido pela autora, a prática do desenho em campo nos permitiria capturar ideias internas mais do que as externas (KUSCHNIR, 2016), e assim como feito por grandes etnógrafos como Malinowski em sua renomada obra *Os Argonautas do Pacífico*

Ocidental e Franz Boas em *Arte Primitiva*, o desenho prolongaria e integraria ainda mais a experiência tanto testemunhada quanto vivida pelo observador (CABAU apud KUSCHNIR, 2016). As ideologias de Kuschnir evidenciam a possibilidade dos etnógrafos de transcender as limitações da linguagem escrita, redirecionando seu ofício para um método de compreensão mais profundo e mais intuitivo das culturas estudadas.

A arte do desenho demanda, assim como a etnografia tradicional, observação prolongada e disciplinada do objeto, o que leva o etnógrafo a ficar em contato direto com seus objetos de estudo por tempo estendido (KUSCHNIR, 2016). Esse processo de observação detalhada possui o potencial transformador de evidenciar aspectos da vida cotidiana, talvez considerados comuns em uma abordagem exclusivamente textual. O ato de manter-se atento aos mínimos detalhes das interações, das expressões, dos gestos e das características do ambiente possibilita que o etnógrafo capture uma gama muito rica de informações visuais que complementam as descrições puramente textuais.

Um aspecto inesperado do desenho, que contribui imensamente para o fazer etnográfico, é a possibilidade de realizar um registro de forma imediata, sem que a espontaneidade da ação ou interação em si se perca. Sendo a espontaneidade que captura a vivacidade das dinâmicas culturais de maneira que a escrita, os desenhos traduzem, justamente, o movimento, a emoção de um acontecimento com clareza que a simples descrição textual não alcançaria. Esses elementos são o que revelam o desenho em uma ferramenta indispensável para a etnografia.

III. Fotografia

Para Paulo Jorge Ribeiro, autor de *Discutindo Práticas de Leitura e Representações com Imagens*, as imagens são essenciais para a educação e desenvolvimento das habilidades de leitura. Para o autor, as imagens não apenas complementam os textos, mas também possuem uma linguagem própria que pode ser "lida" e interpretada. De fato, as imagens desempenham um papel crucial na mediação do conhecimento, especialmente em contextos onde a alfabetização visual é tão importante quanto a textual (RIBEIRO,

2024).

Por meio do uso de teorias semióticas e iconográficas, como evidentes no filme *Cidade de Deus* (2002), torna-se claro o poder das imagens de encapsular ideias abstratas de uma maneira que muitas vezes é mais acessível e imediata do que o texto escrito (RIBEIRO, 2024). Ribeiro destaca, ainda, o poder da fotografia de captar a subjetividade e emoção das experiências que se passam frente às lentes. As imagens, assim como o desenho, explicitam as comunicações não-verbais: expressões faciais, posturas corporais e emoções.

Ainda mais que o desenho, a fotografia possibilita a captura imediata de uma cena, o que permite que o registro possa ser revisitado e analisado no segundo seguinte ao *shot*, ou até mesmo horas ou dias depois. Tais características (de congelamento eterno do cenário e reexaminabilidade das imagens) são fundamentais para a etnografia, pois permite uma análise aprofundada e contínua das cenas capturadas pelo fotógrafo. Além disso, o fato de que as fotografias podem ser compartilhadas com os próprios “modelos” permite que se crie uma conexão entre os envolvidos, promovendo diálogos reflexivos sobre as representações e interpretações visuais e culturais.

A fotografia também oferece, portanto, um modo alternativo de capturar e representar a diversidade visual dentro de uma cultura. Ribeiro expõe como as imagens podem evidenciar variações nas vestimentas, nos objetos cotidianos, nas paisagens e nas formas de habitação, proporcionando uma visão multifacetada e inclusiva da cultura ou povo que está sendo registrada pela câmera do antropólogo visual.

O uso de imagens no fazer etnográfico reconstrói os limites da representação acadêmica tradicional. Ao integrar a fotografia em suas práticas de pesquisa, os etnógrafos abrem portas para inovações metodológicas, entrando em contato com novas formas de narrativa visual. As metodologias de análise crítica de imagens sugeridas por Ribeiro exploram como a interpretação de imagens deve ser uma prática ativa e crítica, onde o observador é incentivado a questionar e analisar o conteúdo visual com a mesma rigorosidade que aplicaria a um texto escrito (RIBEIRO, 2024).

Concluindo, faz-se clara a relação complementar entre imagens e descrições textuais, que parte dessas características de captura, comunicação e representação, que resultam no que pode ser compreendido como tradução cultural. O compartilhamento dessas práticas entre indivíduos e entre culturas cria pontos de conexão visual que transcendem barreiras linguísticas e acessibilizam as experiências, gerando, em outras palavras, um intercâmbio cultural.

Conclusão

O exame detalhado das abordagens e práticas etnográficas através da literatura, desenho e fotografia expostos na presente pesquisa evidencia a multiplicidade de formas de tradução cultural disponíveis aos pesquisadores da área da antropologia. As análises trazidas por autores como Valter Sinder, Karina Kuschmir e Paulo Jorge Ribeiro sublinham a importância da interdisciplinaridade entre os fatores aqui apresentados, a fim de promovermos, como etnógrafos, um número significativo pontes de representação para os indivíduos, sociedades e culturas que escolhemos abordar em nossas pesquisas.

A espontaneidade, conexão, diálogo e compreensão proporcionados por esses métodos são, assim como defendido pelos autores aqui mencionados, valores indispensáveis para o ofício do etnógrafo. Formas alternativas de narrar e interpretar culturas permitem a criação de uma etnografia multidimensional e inclusiva que, ao mesmo tempo, mantém a disciplina e rigorosidade científicas demandadas pela disciplina.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Gabriel O. Os momentos interpretativos da antropologia e a antropologia visual compartilhada. *Illuminuras*, Porto Alegre, v.14, nº32, p.43-54, jan/jun 2013.

BERGER, John. *On Drawing*. Aghabullogue, Co. Cork: Occasional Press, 2005.

CAMPOS, S.M. C. T. L. A imagem como método de pesquisa antropológica: um ensaio de Antropologia Visual. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 275-286, 1996.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia pelo desenho: Experiências visuais e etnográficas. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v.5, n2, p. 5-13, 2016.

PEIRANO, Mariza. *Etnografia Não É Método*. Horizontes Antropológicos, ano 20, nº 42, 2014.

RIBEIRO, P. J. (2024). *Discutindo Práticas de Leitura e Representações com Imagens*. São Paulo: Editora Acadêmica.

SINDER, Valter. *Configurações da narrativa: Verdade, literatura e etnografia*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 2002.